

Dívida interna terá juros reais de 10%

Pública

26 OUT 1989

ESTADO DE SÃO PAULO

BRASÍLIA — O governo pagará em 89 juros reais em torno de 10% sobre sua dívida interna, o que vai dobrar os gastos com encargos dessa dívida, em relação a 88, quando os juros reais ficaram perto de 5%. Tomada isoladamente, a conta de encargos será o fator de maior peso na composição do déficit público operacional previsto para 89, de 3,9% do PIB. Para 90, com encargos menores, a previsão é de um déficit de 2,4%.

Se tivesse sido mantido o nível dos juros de 88, o déficit operacional global do setor público neste ano poderia ser de 1,2% do PIB — menos do que os 2% que o governo queria atingir ao preparar

seu "programa de modernização e ajustamento", depois da posse do ministro Mailson da Nóbrega na Fazenda, no ano passado. Todos esses dados constam dos quadros de "necessidade de financiamento do setor público", que fazem parte do trabalho sobre a política fiscal apresentado ontem pela Seplan.

Os resultados operacionais são obtidos acrescentando-se as contas de encargos e receitas da dívida aos resultados primários, que, de acordo com os dados do governo, são superavitários nos três componentes principais das necessidades de financiamento: o Orçamento Geral da União (dividido em orçamentos fiscal e da se-

gurança social), os governos estaduais e municipais e as empresas estatais.

O superávit primário de 1% do PIB conseguido no Orçamento Geral da União transforma-se em déficit operacional de 3,4%, quando são acrescentados os resultados da dívida. Se os juros de 89 tivessem sido iguais aos de 88, mais uma vez, o déficit do OGU não passaria de 0,7% do PIB. De acordo com a Seplan, os encargos da dívida em 89 devem representar 5,4% do PIB — exatamente o dobro dos 2,7% do PIB de 88.

Os resultados primários positivos de 89 estão sendo obtidos à base de uma "execução orçamentária braba", na definição de um

técnico da Seplan. Os aumentos de receitas que estavam previstos para 89 não ocorreram na medida necessária. Assim, o esforço de arrecadação que resultaria em ganho de até 1,8% do PIB não vem sendo cumprido, enquanto as mudanças no Imposto de Renda introduzidas neste ano contribuem para reduzir a receita.

Para 90, os técnicos da Seplan esperam que não ocorra esse problema, principalmente porque a nova sistemática de elaboração do orçamento, prevista na Constituição, já estabelece que diversas despesas ficam condicionadas à aprovação dos projetos que integram o "pacote tributário" enviado ao Congresso.